

REINSTALAÇÃO DA CNPBz É VITÓRIA DA VIDA!

Trabalhadores também querem impedir adoção de Limites de Tolerância para o produto reconhecidamente cancerígeno



Imagem criada por IA em 02/08/24

**REUNIÃO TRATA DAS AÇÕES DO COMITÊ
DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO - PÁG. 2**

REUNIÃO TRATA DAS AÇÕES DO COMITÊ DE RECONSTRUÇÃO DO ESTADO

O Sindipetro-RS participou, dia 25/07, de reunião virtual com a Petrobrás, que tratou das Ações do **Comitê de Reconstrução do RS**, criado em maio, para tratar da situação das enchentes, com objetivo de realizar uma análise estrutural em relação **ao que a Petrobrás pode desempenhar de ações estruturantes no estado, frente aos eventos climáticos ocorridos.**

A presidenta do Sindipetro-RS, Miriam Cabreira, pediu atenção especial para os trabalhadores/as atingidos, notadamente os terceirizados da Petrobrás: "Além de ter uma remuneração bem mais baixa, alguns trabalhadores foram demitidos em função de uma greve local. Queremos construir junto à Petrobrás, além de atuar onde for necessário, para desmanchar algumas amarras que impedem a empresa de contribuir e ajudar mais sua força de trabalho."

Miriam destacou, ainda, a necessidade de um programa de voluntários para auxiliar na Cozinha Solidária do

Sindicato, em Canoas. **O espaço enfrenta grandes limitações pela falta de mão de obra.** "Se tivéssemos esse suporte conseguiríamos ampliar o número de marmitas. Seguimos tendo muitos pedidos, eles não diminuirão", pontuou.

Os representantes da Petrobrás reforçaram todo o apoio que a empresa vem prestando, da ordem de **R\$ 30 milhões em ajuda**, em itens como distribuição de cestas básicas, materiais e artigos necessários para o alojamento no CEPE, doação de combustíveis, parceria para compras de cestas básicas com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros.


DOCUMENTO - Ao final, Miriam apresentou aos participantes da reunião, a Resolução aprovada durante o **XXXIX Congresso Estadual dos Petroleiros e Petroleiras**, intitulada **"A Petrobrás Fica no RS: Da Catástrofe à Esperança – O Compromisso Social da Estatal com a Reconstrução do Estado"**.

No material, os trabalhadores/as



apontam os pontos essenciais onde a Petrobrás pode atuar no RS, como: responsabilidade social; geração de empregos; meio ambiente; recuperação e resiliência e transição energética justa. **Essa resolução será entregue à presidenta da Petrobrás, Magda Chambriard**, em reunião marcada para esta segunda, **dia 05 de agosto.**

A resolução **"A Petrobrás Fica no RS: Da Catástrofe à Esperança – O Compromisso Social da Estatal com a Reconstrução do Estado"** pode ser conferida na íntegra no site do Sindipetro-RS.

 **PETROS I** - Na **segunda reunião do GT da PETROS**, ocorrida dia 25/07, os representantes das entidades apresentaram detalhadamente cada uma das **17 premissas propostas no GT** para a elaboração de um novo plano, indicando as 15 premissas que são consenso com os representantes da Petrobrás e as 2 que ainda estão em discussão: a paridade futura no Fundo Garantidor de Benefício Vitalício e o valor final da transação judicial nas ações judiciais das entidades (FUP, FNP, Fenaspe e Ambep). Até a próxima reunião a Previc e Sest avaliarão a aderência legal de cada premissa e, ao final, ficou definido, para este encontro, a participação da coordenadora da Previc. Um destaque importante é a **necessidade de todos e todas acompanharem as informações oficiais e participar das atividades das entidades** pertencentes ao Fórum em Defesa dos Participantes da Petros.

PETROS II - No dia 10 de setembro, está programada a realização do **ENCONTRO DA PETROS** que estava agendado para maio e foi cancelado em função das enchentes. **Agende-se e Participe.** Será um importante momento para tirar dúvidas e fazer questionamentos.

ENCONTRO COM PETROS

PRESEÇA CONFIRMADA



HENRIQUE JÄGER
Presidente do Petros



MARCO AURÉLIO VIANA
Presidente do Sindipetro-RS

10/SET

Terça-feira

às 14h

NO DEPE,
EM CANOAS.

Confirme sua presença:
(51) 90894.3814


ABRIL BATE O CORAÇÃO PETROLEIRO

SETORIAIS - Finalizaram dia 2 de agosto, as setoriais virtuais realizadas pelo Sindipetro-RS com os setores envolvidos na negociação do número mínimo de efetivos, que vem sendo negociado com a Refap. A medida se deu a partir de uma ação judicial iniciada em 2017 **contra a gestão por O&M, que reduziu o efetivo operacional da Refinaria.** Os encontros trataram da situação nas áreas que serão contempladas com o Acordo (os cinco setores da operação; o setor de SMS; o setor de Laboratório; mais o setor da ISC - ainda de forma preliminar). Os encontros foram importantes para delimitar alguns pontos, esclarecer e especificar questões práticas, a fim de garantir avanços na negociação e fechar um acordo que

contemple, de fato, a questão dos efetivos. As avaliações, considerações e problemas apontados serão levados para as negociações com a Refap.

COZINHA SOLIDÁRIA - A Cozinha Solidária da Delegacia de Canoas continua a todo o vapor. O local, que já passou das mais de 50 mil marmitas, **continua recebendo visitas que vão até lá prestigiar e conhecer o trabalho que vem sendo feito.** Na semana passada esteve visitando a Cozinha representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e está programada para o **dia 7, a visita do presidente da Transpetro, Sérgio Bacci**, empresa que tem sido uma importante parceira da Cozinha.



 **SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ e CUT**

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Maia, Alex Frey, Terterola, Cadore, Márcio, Lautert, Aires, Medeiros, Fábio, Deporte, Stelmaki, Maurício, Nalva, Oscar, Dary, Jesus, João Aloísio, Russo e Lisboa.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (MTb 6.771) e Rita Cardoso (MTb 14.278).

SEDE PORTO ALEGRE - Av. Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Av. Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-970 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

SAÚDE DO TRABALHADOR/A

REINSTALAÇÃO DA CNPBz É VITÓRIA DA VIDA!

Na semana passada, importantes passos foram dados na caminhada iniciada em março de 2023 para a reinstalação da Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz) e das Comissões Estaduais. As Comissões foram destruídas por um canetaço do governo em 2019, comprometendo a saúde e a vida dos trabalhadores expostos ao produto, e interrompendo uma caminhada de décadas para tratar adequadamente a exposição ao Benzeno. Neste momento, a luta acontece em duas frentes: uma, pelo resgate da Comissão e, outra, para que não seja estabelecido o limite de exposição ocupacional para o Benzeno, um produto reconhecidamente cancerígeno e mutagênico.

REUNIÃO COM O MINISTRO DO TRABALHO

No dia 29 de julho, um grupo de sindicalistas esteve reunido com o Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, quando entregaram um documento solicitando a retomada da Comissão Nacional permanente do Benzeno (CNPBz), bem como das comissões estaduais. No encontro, os trabalhadores expuseram a situação e ratificaram a importância destas comissões, que representam uma caminhada de décadas em relação a proteção dos trabalhadores/as ao produto.

Esta demanda iniciou em março de 2023, quando um grupo de sindicatos, entre eles o Sindipetro-RS realizou as primeiras reuniões pela reinstalação das comissões. Desde então, foram vários encontros e reuniões, tanto entre os trabalhadores, como com órgãos governamentais, parlamentares e especialistas, inclusive da Fundacentro, para tratar o tema.

Na reunião do dia 29, finalmente o ministro acordou sobre a retomada da Comissão Nacional Permanente do Benzeno, representando uma grande vitória para todos os trabalhadores e trabalhadoras que lutam contra a exposição a esse agente cancerígeno.

AÇÃO PARLAMENTAR

No mesmo dia 29, outro grupo de dirigentes sindicais de categorias que tem o Benzeno em seus processos de



produção e/ou estão expostos ao produto, também esteve reunido com o deputado estadual Miguel Rosseto (PT), quando entregaram o mesmo documento e reiteraram o pedido de apoio junto ao governo para acelerar o processo de reinstalação das comissões.

Os trabalhadores solicitaram ainda o apoio do parlamentar junto ao ministro do Trabalho e Emprego para não permitir a criação de um Limite de Tolerância (LT) para o Benzeno

Na ocasião, Rosseto destacou a importância da iniciativa, que ele acompanha desde o ano passado. “São dirigentes sindicais das áreas química, petroquímica e do petróleo, que vêm trabalhando muito com o tema da saúde e segurança no trabalho, que é central. E neste momento estou recebendo uma manifestação desses dirigentes para a instalação imediata da Comissão Nacional Permanente do Benzeno, que é um produto cancerígeno, e estamos defendendo junto com eles é que qualquer alteração nos critérios de tolerância ou não do Benzeno e, também, do monitoramento do Benzeno, sejam discutidos dentro da Comissão Nacional do Benzeno, que é um espaço adequado e correto para a proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores expostos a esse produto cancerígeno”, pontuou ele.

Rosseto se comprometeu a entrar em contato com o governo, no sentido



de apoiar essa reivindicação. “Contem com a gente e parabéns pela dedicação e o trabalho de vocês nesse tema que é central, que é a saúde e a vida do nosso povo trabalhador da área petroquímica, química, petróleo, dos postos de combustíveis, aeroviários, todos que lidam com combustíveis e que estão envolvidos nesse grande tema que é Benzeno versus a saúde e a vida do povo trabalhador”, finalizou.

REUNIÃO COM A CTPP



Na terça-feira (30), os trabalhadores atuaram em outra frente de ação, a Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP), que reúne representantes dos trabalhadores, do governo e confederações de empregadores, para discutir temas de segurança e saúde no trabalho. Na ocasião trataram da questão da exposição ao Benzeno. Segundo o representante do Sindipetro-RS na reunião, Anderson Medeiros, os trabalhadores conseguiram incluir na pauta da reunião extraordinária da CTPP a reinstalação da CNPBz, o que foi aprovado por consenso. Eles também trataram da questão do LT, de forma a evitar que seja criado qualquer limite para o Benzeno, um produto que adoce e mata muitos trabalhadores e trabalhadoras.

Continua na página 4 →

SAÚDE DO TRABALHADOR/A

Segundo Medeiros, a delegação das centrais sindicais (CUT, NCST, FS, CTB e CSB), é composta por sindicalistas da **Bancada dos Trabalhadores no Grupo de Trabalho Tripartite (GTT) da NR-15/Anexo Químico**, onde são debatidos os agentes químicos, como o Benzeno, o qual não pode ter limite de tolerância, visto que **qualquer exposição pode levar o trabalhador/a ao adoecimento e à morte**.

“A luta não para por aí. A gente vai trabalhar na **revisão da NR-9 e NR-15**, para que não seja estabelecido o limite de exposição ocupacional para o Benzeno. Ainda temos muito trabalho a fazer”, finalizou o dirigente do Sindipetro-RS, lembrando que este tema diz respeito também a aposentadoria digna e com saúde para os trabalhadores/as expostos ao produto, considerado uma substância altamente tóxica e cancerígena e classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como **um dos 10 maiores problemas químicos para a saúde**■

SAÚDE MENTAL E ASSÉDIO MORAL

Outra decisão da **CTPP** é que, a partir de agora os trabalhadores/as que sofrem com transtornos de saúde mental e casos de assédio no ambiente de trabalho passarão a ter a proteção da **Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1)**, a principal que trata sobre segurança e medicina do trabalho nas organizações. A decisão foi tomada na mesma reunião da terça-feira (30/07),

De acordo com a decisão, **as empresas terão que fazer a gestão desses ambientes de trabalho para evitar o adoecimento mental do trabalhador**. O objetivo é **evitar o excesso de sobrecarga de trabalho** e dar atenção às questões do ambiente de trabalho saudável, sem nenhum tipo de violência contra o trabalhador/a, seja assédio moral, sexual ou qualquer outra forma de assédio. Dados da pesquisa Panorama da Saúde Mental nas Organizações Brasileiras, realizada em 2023, apontam que os transtornos de saúde mental são responsáveis por 38% de todas as licenças no INSS, mostrando um aumento significativo nos últimos anos.

A partir da publicação das atualizações da NR-1, as empresas precisam passar a identificar parâmetros psicossociais dentre os relatórios de gerenciamento de riscos, elaborados periodicamente para o cumprimento das exigências de segurança do trabalho.

AÇÃO SINDICAL

REDUÇÃO DOS JUROS É MAIS EMPREGOS

Centrais sindicais e sindicatos realizaram, dia 30/07, um **ato contra a política de juros do Banco Central** adotada por Roberto Campos, nomeado pelo governo anterior para a instituição e que **joga contra o Brasil**. Em Porto Alegre, o ato iniciou em frente ao BC e de lá os manifestantes saíram em caminhada pelas ruas do centro da Capital até a frente do Palácio Piratini, onde a manifestação cobrou do governo do Estado a implementação de políticas emergenciais para enfrentar a crise habitacional agravada pelas enchentes de maio. Eles também criticaram a omissão dos governos estadual e municipais na assistência às vítimas das inundações.

MENOS EMPREGOS – O Brasil tem a segunda maior taxa de juros (10,5%) do mundo. Isso trava os investimentos, prejudica a geração de mais empregos e reduz a capacidade da população de adquirir bens móveis e imóveis. **Esta política apenas beneficia o 1% mais rico da população**, que ganha milhões com o rentismo. Durante sua fala no ato, o dirigente do Sindipetro-RS e atual vice-presidente da CUT-RS, Dary Beck Filho, destacou a necessidade de uma política mais efetiva sobre a questão da moradia àqueles que foram afetados pelas enchentes. **Essa é uma luta que tem a ver com melhores condições de vida para toda a população, melhores serviços públicos e investimento com geração de emprego e renda**.



SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - Deve ser enviado um e-mail para atendimento@costaeadvogados.adv.br

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Carolina Anversa** - Agendamento através do **WhatsApp (51) 992.921.642**.

ASSISTENTE SOCIAL - Jaqueline da Costa - Atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 998.943.814**.

NOTAS

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

No **dia 10 de agosto**, a Escola 8 de Março (8M), mantida por um coletivo de Sindicatos, entre eles o Sindipetro-RS, organiza uma **aula** que irá tratar da questão do partido na história do movimento operário e **as eleições municipais e seus impactos na vida da classe trabalhadora**. Confira no card abaixo mais informações sobre a atividade.

8 de março
10/AGOSTO/2024
SÁBADO
9h às 12h

A QUESTÃO DO PARTIDO NA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS E SEUS IMPACTOS NA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

RAUL PONT
Professor Universitário; historiador; foi líder estudantil e militante sindical; fundador do PT; Prefeito de Porto Alegre, entre 1997 e 2001, sendo o prefeito com maior aprovação; Deputado Estadual e Federal; um dos incentivadores e promotor do Orçamento Participativo.

LOCAL:
Sindicato das SAPATEIRAS de Novo Hamburgo - Rua Joaquim Nabuco, 172, Bairro Rio Branco - NH
Acesso de carro: Rua Visconde de Taunay, nº 69
(contato Prof. NETO - 99491.3551)

ASSÉDIO E DISCRIMINAÇÃO

O governo federal publicou, dia 31/07, decreto (nº 12.122) que instituiu o **Programa Federal de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação**, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O objetivo é promover o **enfrentamento a todas as formas de violências decorrentes das relações de trabalho, em especial o assédio moral, o assédio sexual e a discriminação**, com destaque para grupos historicamente vulnerabilizados, como mulheres, indígenas, pessoas negras, idosas, com deficiência e LGBTQ+. O documento é resultado do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para o Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação, e tem entre as ações previstas, estratégias educativas, gestão humanizada nos espaços, avaliação permanente, proteção às pessoas denunciantes, procedimentos administrativos disciplinares e mecanismos de acolhimento, escuta ativa, orientação e acompanhamento. O programa se aplica tanto às servidoras e servidores quanto aos empregados e empregadas públicas, incluindo também ações para trabalhadoras e trabalhadores terceirizados.